

A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO DE INTEGRANTES DE UMA COMUNIDADE SURDA DO SUL DE SANTA CATARINA

THE HISTORICAL PATH OF EDUCATION OF MEMBERS OF A SOUTH Deaf COMMUNITY OF SANTA CATARINA

Denise Serafim Marin Camilo¹

Ana Isabel Pereira Cardoso²

RESUMO: A presente pesquisa mostra que desde os tempos primórdios, a educação de surdos em toda trajetória é marcada pela exclusão, ineficiência do processo e falhas na acessibilidade escolar. Para realização do estudo adotou-se a pesquisa exploratória e de campo, de natureza básica. De cunho qualitativo e teve como instrumento para a coleta de dados a entrevista semiestruturada, aplicado em nove sujeitos da comunidade surda de Criciúma, SC. No decorrer das entrevistas surgiu o interesse da pesquisadora em saber como atualmente, acontece a educação de surdos no município, desse modo em visita à escola polo Prof. Maria de Lourdes Carneiro, referência em educação de surdos. A pesquisa mostra que, a trajetória histórica educacional dos integrantes adultos da comunidade é marcada pela visão clínica de surdez, na qual tem levado os surdos a medicalização, como também a prática da oralização e leitura labial, tendo como consequências a evasão escolar, por outro lado a pesquisa revela que, a educação de surdos, na escola polo é exemplo de sucesso, pois conta com professores bilíngues e intérprete de Libras e desenvolve projetos de inclusão adaptados à clientela surda. Avanços surgem em todas as áreas, inicialmente, por meio das leis estabelecidas, por fim nas práticas educativas e sociais de respeito às diferenças.

PALAVRAS CHAVE: Surdez. Educação. Libras. Acessibilidade

ABSTRACT: The present research shows that since early times, the education of deaf people in all trajectories is marked by exclusion, inefficiency of the process and failures in school accessibility. For the accomplishment of the study the exploratory and field research of basic nature was adopted. Qualitative in nature and had as a tool for data collection the semi-structured interview, applied to nine subjects from the deaf community of Criciúma, SC. During the interviews arose the interest of the researcher to know how currently, the education of the deaf happens in the municipality, thus visiting the school polo. Maria de Lourdes Carneiro, reference in deaf education. The research shows that the historical educational trajectory of the adult members of the community is marked by the clinical vision of deafness, which has led the deaf to medicalization, as well as the practice of

¹ Graduada em Pedagogia. denisebiel_@hotmail.com

² Professora de Educação Física. Fisioterapeuta. Professora de Libras. Mestra em Ciências Ambientais – anaisabbel@gmail.com

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 4, n^o2, maio/agosto 2020.– Curso de Pedagogia– UNESC

oralization and lip reading, resulting in school dropout. research reveals that deaf education at the polo school is an example of success, as it has bilingual teachers and a Libras interpreter and develops inclusion projects adapted to deaf clients. Advances emerge in all areas, initially through established laws, finally in educational and social practices of respect for differences.

KEYWORDS: Deafness. Education. Pounds. Accessibility.

1 INTRODUÇÃO

Vários estudos têm relatado sobre a difícil comunicação dos surdos com a língua oral majoritária e a sociedade ouvinte. Escolas, profissionais da saúde e familiares de surdos, percebem a surdez como deficiência e negam o uso da língua de sinais. Diante de tal negação, tem sido notória a evasão escolar durante a trajetória da educação no país, pois no Brasil deu-se o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais - Libras, somente no ano de 2002. A inclusão dos surdos em escolas de ensino regular é recomendada pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2008), no entanto, o processo de socialização do surdo nas instituições de ensino regular ainda é insuficiente. Neste contexto, surge o interesse sobre o tema “A trajetória histórica da educação de integrantes de uma comunidade surda do sul de Santa Catarina”. O que norteou a pesquisadora a investigar o tema foi a prática do estágio obrigatório em um centro de educação infantil municipal, diante da percepção da dificuldade encontrada pelos professores para o ensino da língua de sinais, e compreender a dramática condição da criança surda, com atraso de linguagem, sem a aquisição da língua de sinais, para comunicar-se, desenvolver-se e poder ingressar nos primeiros anos do ensino fundamental.

Os surdos que ingressam na escola com atraso de linguagem podem apresentar dificuldade para aprender e interagir. A inconformidade com tal situação para os direitos da criança, conforme prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente, está em que nenhuma criança pode ser alvo de negligência. A pesquisadora questionava-se: se uma criança ouvinte precisa ter educação de qualidade e contato com o alfabeto, por meio da língua oral e escrita, porque aquela criança surda, não tinha os direitos garantidos? A proposta educacional era diferente? Como aprender sem ter uma língua para comunicar-se?

A falta de acessibilidade àquela criança surda denotou a necessidade de alguns avanços básicos para que se ofereça educação de qualidade aos alunos surdos. Outra questão norteadora, que contribuiu para a realização da pesquisa, foi à busca por respostas a algumas perguntas como: por que após o advento da Lei 10.436/2002, que institui a Libras como primeira língua dos surdos no Brasil, aqueles sujeitos surdos egressos da escola, em período anterior à lei e que historicamente evadiram-se, ou foram excluídos pelo sistema educacional, não voltaram ou não se sentem atraídos para retomar os estudos?

Atualmente, apesar dos meios de comunicação oferecer mais visibilidade às questões do povo e da língua dos surdos, muitos deles ainda não têm identidade. Mas que identidade é essa? É um documento diferente próprio para surdo?

Diante de tantas indagações, a presente pesquisa procurou responder, qual a trajetória histórica da educação de integrantes da comunidade surda e verificar as adversidades enfrentadas. Desse modo, o objetivo geral foi problematizar a trajetória histórica da educação de integrantes de uma comunidade surda do sul de Santa Catarina. Para tanto, os objetivos específicos foram: conceituar e caracterizar a surdez; descrever a história dos surdos no Brasil e no mundo e pesquisar a trajetória histórica de educação de integrantes de uma comunidade do município de Criciúma.

Esta pesquisa se propõe a discutir sobre o tema colocando em pauta a necessidade e a importância da língua de sinais na educação como acessibilidade para o sujeito surdo. Isto é, a comunicação em língua de sinais, a presença de professores e intérprete da língua desde a educação infantil, pois a Libras, ou Língua Brasileira de Sinais, é a primeira língua (L1) e a Língua Portuguesa escrita a segunda língua (L2) dos surdos brasileiros. As Libras devem ser inseridas desde a educação infantil para que o acesso e a permanência do aluno surdo se efetivem até a completa formação, evitando, assim, a evasão escolar na trajetória da educação dos surdos no Brasil.

2 CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS DA SURDEZ

A surdez tem sido estudada na atualidade tanto na área clínica e seus ramos de pesquisa, quanto nas áreas sócio educacional. Infelizmente, no período de reabilitação da

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 4, nº2, maio/agosto 2020.– Curso de Pedagogia– UNESC

surdez clínica, impõe-se ao surdo a obrigação de falar e fazer a leitura labial. A surdez é tratada como doença e desta forma o indivíduo surdo é visto pela ótica daquilo que ele não tem. Em relação à sociedade, a surdez é vista como doença a ser tratada, prevê a cura por meio de próteses ou aparelhos auditivos.

A educação do surdo tem bases na educação ouvinte, sendo assim, as estratégias pedagógicas passam a ser terapêuticas e o surdo é visto como deficiente. A surdez clínica varia em graus de perda auditiva, que vão desde o parcialmente surdo, isto é, com deficiência auditiva – DA. Dividida em surdez leve, surdez moderada e a surdez severa. Por fim, a surdez profunda. (BRASIL 2006).

A surdez é identificada por má-formação congênita ou adquirida, por lesão na orelha ou ouvido, a qual atinge as estruturas do aparelho auditivo. Pode ser classificada como a perda total ou parcial da audição. A classificação é dada de acordo com o grau, em decibéis (dB).

Na surdez cultural antropológica, o indivíduo surdo se aceita como surdo e considera a língua de sinais como natural, então ele não precisa adaptar-se à sociedade majoritária ouvinte, sendo definido pela diferença linguística e cultural. No contexto educacional, o indivíduo surdo luta por respeito às diferenças, a fim de que sejam elas reconhecidas como particularidades da identidade conforme Quadros e Schmiedt (2006). Assim, revela-se a possibilidade e necessidade de construção de projetos político-pedagógicos para que se tornem conhecidas as diversas culturas, dentre elas a cultura surda, conforme a citação abaixo:

A inclusão dos surdos no contexto educacional, através do deslocamento da visão medicalizada da surdez para o seu reconhecimento político, tendo por base a interculturalidade, revela uma possibilidade de se construir projetos político-pedagógicos que tenham como foco o fascinante mundo do conhecimento produzido pelas diversas culturas que compõem a sociedade brasileira e mundial, dentre elas a cultura surda. (QUADROS; SCHMIEDT 2006, p.34).

Quadros e Schmiedt (2006, p.184) se referem também ao reconhecimento da cultura surda desde o nascimento: “os surdos precisam ocupar seus espaços, precisam conhecer sua

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 4, nº2, maio/agosto 2020.– Curso de Pedagogia– UNESC

diferença desde o nascimento. Isso significa que os surdos precisam expressar suas formas de ser por meio da cultura, da língua, do conhecimento.” Dessa maneira, a surdez cultural antropológica percebe o surdo como “diferente”, sujeito que faz uso de língua específica, a Libras. Tem identidade, cultura e participa da comunidade surda.

Conforme Perlin (1998, apud Brasil e Ferraz, 2015 p. 584) estuda as identidades surdas através dos depoimentos de outros surdos e afirma que, ser surdo é pertencer a um mundo de experiência visual e não auditiva. Sendo assim faz correlação entre identidades surdas e estereótipos e divide-as em cinco categorias de identidades surdas, que são:

Identidades surdas: estão presentes no grupo pelo qual entram os surdos que fazem uso da experiência visual plena. O orgulho e a luta pelo direito de ser surdo é uma característica marcante desta identidade.

Identidades surdas híbridas: são os surdos que nasceram ouvintes e, com o tempo, tornaram-se surdos. Conhecem a estrutura do português falado e usam no para codificar suas percepções visuais para logo em seguida expressarem-se em língua de sinais.

Identidades surdas de transição: surdos que foram mantidos reféns da experiência ouvinte por longos anos, a maioria por serem filhos de pais ouvintes. Posteriormente, juntam-se à comunidade surda por conta própria, quando já conseguem decidir por si mesmos.

Identidade surda incompleta: surdos que são mantidos no cativeiro da hegemonia ouvinte. Neste caso, a família os privou do total acesso à comunidade surda e toda a sua educação e saber são fincadas em identidades ouvintes. A identidade surda é tida como incompleta porque ela foi evitada ou ridicularizada (ou marcada por estereótipos).

Identidades surdas flutuantes: surdos que rejeitam a identidade surda. Querem ser oralizados, mas não se inserem na comunidade ouvinte (por falta de comunicação), tampouco na comunidade surda (por falta de sinais), por isso suas identidades são tidas como flutuantes. Alguns vivem nesses conformes porque se acomodaram a esta situação de identidade fragmentada, vítimas da hegemonia ouvintista.

Dessa forma a surdez é heterogênea, pois possui múltiplas identidades surdas. Entre estas, estão os surdos oralizados, que desconsideram a oficialização da língua de sinais, como também surdos filhos de pais surdos, usuários da língua de sinais e que não se consideram deficientes auditivos.

3 TRAJETÓRIA HISTÓRICA E EDUCACIONAL DOS SURDOS

A trajetória de educação dos surdos inscreve-se com longos períodos de exclusões, desde Platão e Aristóteles, que recomendavam a eliminação dos disformes e as práticas educativas baseadas na cultura ouvinte. Nos anos 485 a 420 a.C, o filósofo Heródoto acreditava que os surdos eram considerados pessoas loucas e castigadas por Deus, e muitos eram abandonados ou sacrificados. Aristóteles, famoso filósofo grego, também acreditava que a pessoa não tinha pensamento e, no entanto, “[...] o surdo não pensa, não pode ser considerado humano.” (GOLDFELD, 2002, p. 90).

Desde a antiguidade, os surdos sempre foram discriminados e considerados incapazes, pois acreditava-se que a língua falada era a única forma de comunicar-se através da linguagem. Na China, os surdos eram lançados ao mar em sacrifício ao Deus Teutates, Na Grécia, Atenas, Esparta e Roma os surdos passaram por várias formas de tortura que os levaram à morte; outros foram escravizados e impedidos de serem educados (QUADROS; ASSUTTI; PERLIN, 2007).

No século XVI, o médico Gerolamo Cardamo, em suas pesquisas, conclui que a surdez não impede que o indivíduo surdo tenha acesso à aprendizagem, conferindo-lhes o direito à mesma, assim como também a escrever e expressar sentimentos (JANNUZZI, 2004). O Monge Franciscano Yebra, de Madrid (1526 - 1586), em seu livro "Refugium Infirmorum", descreve e ilustra um alfabeto manual da época, em seguida Pedro Ponci de León (1520-1584) funda a primeira escola para surdos em um monastério em Valladolid. Seu trabalho serviu de base para vários educadores surdos (QUADROS; ASSUTTI; PERLIN. 2007).

Lentamente, os surdos foram conquistando espaços e identidade, no início com métodos de ensino baseados na oralidade e criados por padres, abades e frades com a metodologia da soletração de alfabeto manual, que os instruíam a lerem e escreverem. No século XVI, Pedro Ponce Leon fundou a primeira escola de surdos na Espanha e desenvolveu os sinais metódicos, e, no século XVIII, na França havia comunidades surdas espalhadas tanto na capital, Paris, e nas vizinhanças. O Abade Michael L'Epee, educador francês, inicia o primeiro estudo da linguagem visual motora para os surdos. Segundo Poker

(2004), graças à ação do Abade L’Epee, os surdos e mudos [sic] não eram mais os excluídos. O Abade L’Epee continua a figura emblemática da “mímica”, se bem que tenha aprendido “a língua natural de sinais”, por estar em contato com os surdos-mudos, mas que ele não ensinava. No entanto, permitiu a difusão entre os surdos, reunindo-os e tolerando sua língua natural.

O principal marco de retrocesso na história de educação dos surdos aconteceu em 1880, no congresso em Milão, na Itália, no qual reuniram-se professores de surdos e autoridades para discutir qual seria a melhor forma para educação dos surdos. Nesse evento os melhores alunos surdos foram selecionados e levados para serem submetidos a testes diante do grande público. Ao demonstrar resultados positivos do método oral puro (método que ensinava os surdos a falarem a língua oral dos pais) muitos foram convencidos de que esse era o método mais ‘eficaz’ a ser adotado, vindo a ser defendido o método oralista para o ensino dos surdos. Legent (2005), em relação a esse acontecimento, discorre que o oralismo é visto como consequência em nossa sociedade, que tem considerado a surdez como deficiência. Em função disso, o sujeito surdo passa por treinos de reabilitação em direção à normalidade, conforme Goldfeld relata:

O Oralismo percebe a surdez como uma deficiência que deve ser minimizada pela estimulação auditiva. Essa estimulação possibilitaria a aprendizagem da língua portuguesa e levaria a criança surda a integrar-se na comunidade ouvinte e desenvolver uma personalidade como a de um ouvinte. Ou seja, o objetivo do Oralismo é fazer uma reabilitação da criança surda em direção à normalidade (GOLDFELD 2002, p. 34).

Após o Congresso de Milão, a reabilitação do surdo foi desenvolvida pela maioria das escolas para educação de surdos de muitos países. Assim, a língua de sinais foi proibida, desencadeando a longa e sofrida batalha do povo surdo para defender o direito linguístico por meio da língua natural, a língua de sinais (LEGENT, 2005).

Os surdos foram privados de se comunicarem em sua língua natural durante séculos. Vários estudos têm apontado a difícil relação dos surdos com a língua oral majoritária e com a sociedade ouvinte. Escolas, profissionais da saúde, e familiares de surdos têm seguido uma tradição de negação do uso dos sinais (GESSER, 2009, p. 25).

Assim foram refletidos, mitos sobre o surdo e a língua de sinais, no entanto ao decorrer da história, surgiu um grupo representados por alunos do Abade L'Épée, a qual encontravam-se repugnados com tal decisão, e assim surge através deles associações, onde começaram a organizar-se, a fim de que os direitos dos surdos, fossem reconhecidos. Então assim a noção de cultura começa a emergir. Na América do Norte, as pesquisas em língua de sinais, abriam o espaço para as discussões sobre a identidade surda, em que expunham algumas características dos surdos enquanto coletividade (LEGENTE, 2005).

A história dos surdos no Brasil está marcada pela fundação em 26 de setembro de 1857, o Instituto Imperial de Surdos-Mudos, pelo professor surdo o francês Édouard Huet (BRASIL, 2019). Atualmente (2019) o Instituto é denominado - Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES. O INES atende a 600 alunos, aproximadamente, desde a educação infantil até o ensino médio. Artes e esportes completam o atendimento diferenciado, além do ensino profissionalizante, com estágios remunerados para a inserção dos surdos no mercado de trabalho. O INES também apoia a pesquisa de novas metodologias para o ensino da pessoa surda (BRASIL, 2019).

Em Santa Catarina, o processo de educação de surdos, segundo Schmitt; Silva e Cansanova (2003) surgiu na década de 1950, a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE), foi fundada em 1968.

Entre as dificuldades enfrentadas para reconhecimento de direitos dos surdos, obteve-se também grandes conquistas: a Lei de Libras nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que coloca em pauta o reconhecimento da língua de sinais - Libras- como forma de comunicação e expressão do povo surdo e associa a outros recursos de expressões (BRASIL, 2002).

Após a promulgação da lei em 2002, o pensar a respeito da língua e as particularidades linguísticas, há a possibilidade de maior visibilidade da comunidade surda, assim como o uso da língua de sinais em ambientes escolares. A lei garante práticas de ensino voltadas à educação de surdos na perspectiva bilíngue, isto é, para os surdos brasileiros a primeira língua (L1) é a Libras e a segunda (L2) a língua portuguesa escrita. Entende-se Libras: o meio de comunicação e expressão do povo surdo, no qual o sistema linguístico é “[...] visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema

lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil” (BRASIL, 2002).

Ainda, em âmbito nacional, em 2005 foi promulgado o Decreto n° 5.626, que regulamenta a Lei de LIBRAS, que em seu Artigo 14 dispõe que as instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas, entre outros direitos, a formação de professores e prover as escolas com professor de LIBRAS ou instrutor de LIBRAS (BRASIL, 2005).

Diante das perspectivas de conquistas dos surdos, vale ainda ressaltar aqui o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que, no capítulo IV do Artigo 54 dispõe que é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade” (BRASIL, 1990).

A grande conquista para a comunidade surda foi à aprovação da Lei n° 10.436, que reconhece a Libras como oficial e torna-se o instrumento de conquista de direito e cidadania do povo surdo. Conforme Capelli (2016), o censo demográfico de 2010, desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE aponta para cerca de 9,7 milhões de brasileiros com deficiência auditiva, o que representa 5,1% da população do país e quase 1 milhão são crianças e jovens até 19 anos de idade.

A FENEIS – Federação nacional de Educação e Integração dos Surdos - é uma instituição que desenvolve programas especiais para crianças e terceira idade, dentre outros. Oferece atividades de turismo social, programas de saúde e de educação ambiental e educação informal e permanente, estimula à autonomia, a interação e o contato com expressões e modos diversos de pensar, agir e sentir, destes cidadãos. O MEC, em parceria com a FENEIS, coloca à disposição das secretarias de educação materiais para que possam ser organizados cursos de capacitação dos professores (BRASIL, 2004).

A trajetória social, política, linguística e de educação dos sujeitos surdos inscreve-se junto com o longo período de exclusões das deficiências. A conquista do espaço e da identidade pelos surdos se dá gradativamente graças às leis e ao conhecimento produzido sobre a surdez, possibilitando a desmistificação de preconceitos.

Santana (2007) ressalta que muitos mitos ainda se encontram em nossa sociedade, e o medo ainda tem se perpetuado, pois famílias têm seguido a tradição de negação quanto aos surdos adquirirem a língua de sinais, e assim abandonarem os gestos usados por eles no âmbito familiar para se comunicarem, ou por acreditar que o uso impedirá o esforço do surdo para obter a fala. Entretanto, ainda conforme Santana (2007), as últimas pesquisas apontam que, diferentemente do que se pensa, os surdos que dominam a língua de sinais conseguem alcançar níveis funcionais e formais mais adequados da linguagem oral que aqueles que não a adquiriram.

4 METODOLOGIA, APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Para realizar a investigação da pesquisa com o tema “A trajetória histórica da educação de integrantes de uma comunidade surda do Sul de Santa Catarina”, adotou-se a pesquisa exploratória, de natureza básica, e teve como procedimento o estudo de caso. De acordo com Gil (1991, p.45) esta visa a “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses”, de natureza básica, pois é motivada a saber a trajetória, histórica educacional de uma comunidade surda.

Esta pesquisa é de campo, com embasamento científico realizado em artigos, livros e leis dentre outros sobre o tema, com os seguintes buscadores: Libras; Surdez; Educação; Diversidade. A pesquisa é de cunho qualitativo e teve como instrumento para a coleta de dados uma entrevista semiestruturada, desenvolvida com nove sujeitos, duas crianças, três homens e quatro mulheres da comunidade surda de Criciúma, SC.

Esta pesquisa teve como instrumento, a entrevista semiestruturada com perguntas que objetivaram identificar a trajetória histórica educacional dos surdos e como vem acontecendo a educação de surdos do município pesquisado. A entrevista foi mediada por intérprete de Libras e, para percepção da inclusão escolar de crianças surdas, na atualidade, foi realizado uma visita à escola polo de Surdos de Criciúma, SC - Escola Professora Maria de Lourdes Carneiro, no dia 27 de setembro de 2019, para a percepção *in loco* da realidade educacional das crianças surdas do município. As entrevistas foram realizadas nos domicílios dos sujeitos surdos e para facilitar a transcrição dos dados, foram filmadas. A

identidade das pessoas envolvidas na pesquisa foi preservada, assim os nomes dos entrevistados citados no texto são fictícios. A pesquisa foi realizada após a assinatura do termo de consentimento livre esclarecido.

A visita na escola foi agendada por intermédio da secretaria de educação municipal, que entrou em contato com a equipe diretiva. A escola abriu as portas para a visita, não somente da acadêmica pesquisadora, como também para as acadêmicas do curso de pedagogia vespertino da Unesc, acompanhadas da professora da disciplina de Libras da instituição. Na oportunidade muitas curiosidades foram sanadas e muitas respostas obtidas. Além da possibilidade de visualização ampliada da prática educativa pedagógica e a interação dos alunos surdos em ambiente inclusivo.

4.1 TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO DA POPULAÇÃO PESQUISADA

Dos entrevistados, a maioria é composta por indivíduos com surdez severa bilateral, 3 são homens, 4 são mulheres e há 2 crianças. Os homens estavam na faixa etária de 40 a 58 anos, as mulheres entre 42 a 48 anos de idade e as crianças, uma com 4 e outra com 8 anos de idade. Os surdos entrevistados foram submetidos a procedimentos e metodologias na trajetória educacional, marcada pela visão clínica da surdez, uso de aparelho auditivo; treinamento de oralização, com o acompanhamento fonoaudioterápico, bem como a falta de acessibilidade na escola, sem intérpretes e professores bilíngues.

Os entrevistados adultos mencionam que, nas escolas que estudaram sofriam *bullying* e outros tipos de exclusão. Por não saberem a língua de sinais, não compreendiam o que as professoras falavam e não entendiam os conteúdos das disciplinas; conseqüentemente, não completaram ou desistiram de estudar nos primeiros anos do ensino fundamental. No relato do surdo “ADI”, é notória tal realidade na resposta dada na entrevista ao intérprete de Libras:

Conseguiu acompanhar o ano/idade escolar? Não

Teve algum tipo de atraso na escola? Sim

Teve dificuldades na escola? Sim.

Surdo (sequência de sinais) - Criança; banheiro; bastante; puxar cabelo; aqui (gestos na cabeça), embora; louco; mãe não; escola não (ADI).

Segundo o intérprete, nesse relato a surda refere que, no banheiro da escola, vários colegas lhe puxaram o cabelo. Ela mostra a cicatriz deixada, apontando a região na qual aparece parte do couro cabeludo arrancado e finaliza com a expressão facial de tristeza. Ainda mostra outra cicatriz no rosto sofrida por agressões na escola.

Dado o relato anterior, percebe-se que os surdos adultos ainda sofrem consequência da trajetória histórica e educacional. Eles não têm autonomia para exercer a cidadania e usufruir dos direitos, pois dependem de terceiros para comunicar-se nos diversos ambientes sociais em que predomina a comunicação oral. Faltam intérpretes nas instituições públicas de saúde, educação, nos estabelecimentos comerciais, nos espaços de lazer e nas demais instituições.

A comunicação com os surdos adultos é feita por meio da língua de sinais, porém com reduzido repertório de sinais e o uso de sinais caseiros. Às vezes dão preferência à oralização e à leitura labial como meio facilitador na comunicação. A entrevistada já elencada relata também que seguidamente a direção da escola exigia dos pais que a transferissem para uma escola especial (sic) para deficientes mentais. Por fim, a mãe não aceita a deixa sem estudar em escola.

Outro caso análogo entre os entrevistados no contexto educacional de surdos e evasão escolar também é apresentada por integrante surdo nomeado de “JÁ”, conforme a citação abaixo:

Na trajetória escolar teve atraso? Sim, não entendia a matéria.
Teve intérprete? - Não,
Surdo A professora dava aula para os outros e eu ficava no canto (JÁ).

O entrevistado nomeado “JÁ” é um dos surdos adultos, casado com uma surda, tem uma filha ouvinte que, durante a entrevista expõe a própria impossibilidade de seguir a profissão, pois precisa prestar auxílio aos pais. O entrevistado frequentou a escola até o segundo ano do ensino fundamental e evadiu. Diante dos fatos relatados percebe-se que há relação com as palavras de Jessé (2009), que disserta que os surdos foram privados de se comunicarem com a língua de sinais durante séculos e estudos apontam a difícil relação entre os mesmos e a sociedade ouvinte. Nota-se que a presença de *bullying* na trajetória educacional desses era constante.

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 4, nº2, maio/agosto 2020.– Curso de Pedagogia– UNESC

4.2 Aspectos Familiares dos Integrantes da População Pesquisada

Entre os aspectos familiares coletados na pesquisa, observou-se que os surdos adultos não possuem identidade, pois dependem de terceiros para falar por eles nas repartições públicas e nas demais instituições, conforme interpretado por um intérprete de libras, o relato do integrante surdo nomeado “Vlá” mostra sua inconformidade:

Tem surdos que não têm direito nem nada, só que vivem em grandes metrópoles como São Paulo, então a lei ainda é fraca nesta questão. Há ainda muitos problemas relacionados quanto a isso, precisa melhorar os setores públicos, tanto hospitais quanto bancos, para ter atendimento em Libras. Precisa de profissionais em Libras, porque alguns não são profissionais na área, precisam se especializar melhor na faculdade, estudando para trabalhar nos lugares (VLÁ).

O “Vlá” é aluno da EJA em Criciúma e está concluindo o ensino médio, questiona a falta de acessibilidade em relação à existência de intérpretes e que há muita rotatividade, ou seja, quando o aluno está se adaptando, troca o professor. Contou que ao fazer um curso de eletricitista improvisaram um intérprete sem experiência. Vlá é casado com uma surda e na semana da entrevista, estava se organizando para ir morar em outro país, por falta de acessibilidade onde mora.

Entre os nove entrevistados, sete abandonaram a escola, pois não sabiam a língua de sinais, não tinham professores bilíngues e não havia intérpretes. Atualmente, dois deles retomaram os estudos e estão concluindo o ensino médio com intérpretes. Porém, ainda apresentam queixa quanto à acessibilidade e à qualidade na formação de profissionais, professores e intérpretes.

Depois da promulgação da lei que instituiu a Libras, sabemos de alguns avanços para a acessibilidade dos surdos, principalmente na educação e no reconhecimento da língua como meio de comunicação. Desse modo, é possível contrastar aqui a realidade na trajetória de educação com as duas crianças participantes da pesquisa, que frequentam o ensino fundamental, fazem acompanhamento na sala de AEE e, uma vez por semana, têm atendimento com fonoaudiólogo. Na escola elas contam com intérpretes, professores surdos

na sala de AEE, e os professores, assim como as crianças ouvintes, aprendem Libras. Essa é uma conquista da Lei de Libras (2002).

As crianças surdas da pesquisa participaram da entrevista por intermédio das mães, uma delas aqui denominada “B4”. A mãe, ao ser questionada sobre a língua de sinais, responde:

Você tem vontade de aprender Libras?

Mãe: mais ou menos, como minha filha, vai se comunicar somente com quem sabe Libras! E para ir aos mercados, postos de saúde, não há quem se comunique! Eu prefiro que minha filha aprenda a oralizar, todos irão entendê-la.

Algum familiar sabe Libras?

Mãe: Não, só eu e bem pouco, prefiro os gestos que criamos em casa.

Participa da comunidade surda onde?

Mãe: Sim, Escola Polo (MÃE “B4”).

No decorrer da entrevista, a criança chega da escola, e rapidamente retira os aparelhos auditivos e implante coclear e entrega-os para a mãe que, hostiliza tal atitude, repreende a filha. A mãe também menciona a angústia em meio à espera para dar início ao atendimento fonoaudioterápico. O Ministério da Educação prevê que a decisão pelo método de alfabetização da criança surda é da família. Assim a percepção familiar da surdez é clínica, aquela que procura a cura para a deficiência auditiva, com oralização e leitura labial.

A segunda criança pesquisada, por intermédio da mãe aqui denominada “A8”, diferentemente da primeira entrevistada faz uso da Libras, para comunicar-se desde os 4 anos de idade. Nasceu ouvinte e aos 2 anos teve infecção auditiva e consequente surdez profunda bilateral. No cotidiano familiar usa os sinais básicos de Libras.

Segundo a mãe, a criança teve significativa redução da irritabilidade no convívio diário com a língua de sinais e ingresso na escola polo municipal, participa do coral de surdos na escola.

A mãe, em uma reportagem sobre a escola, fala sobre a satisfação pelo desenvolvimento da filha, que ficou surda aos dois anos e enfrentou grandes dificuldades para se comunicar: “foi um período muito difícil para todos nós. Ela queria falar e a gente não entendia. Agora o desempenho dela melhorou muito, e ela adora ir à escola”, revelou a mãe “(ENGEPLUS, 2019).

Conforme o relato da mãe de “A8” sobre a escola, a inclusão social do aluno surdo tem sido satisfatória. Ela fala da participação da filha na Festa das Etnias:

Eles estão ensaiando, eles que vão abrir a festa das etnias né, e é assim, hoje em dia só tenho a agradecer, foi difícil foi, mas a gente tem que encarar e correr atrás! A perca dela eu sei, que isso vai ser para o resto da vida dela, mas isso não interfere que ela vá trabalhar que ela vá ser uma pessoa igual qualquer outro normal! Isso vai da gente encarar a realidade e ir!

Na visita à escola Maria de Lourdes Carneiro observou-se que, atualmente os alunos surdos participam de projetos de inclusão com professores que conhecem sua realidade. Tem intérpretes, assim como professores bilíngues e atendimento em contra turno, a comunicação se dá através da língua de sinais e por oralização. A escola dispõe de aula de Libras uma vez por semana para as crianças surdas e ouvintes, o sinal para o início, intervalo e término das aulas, é audiovisual, isto é, o sinal é sonoro para os alunos ouvintes e luminoso para os surdos, tanto nas salas de aulas como nos corredores.

A escola polo atende a alunos do ensino fundamental, surdos e ouvintes, oferece transporte para facilitar o acesso e a permanência do aluno surdo na escola. A matriz curricular, a prática e avaliação pedagógica são adaptadas à clientela surda, o material didático e pedagógico é ilustrado, baseado em imagens, pois o surdo percebe o mundo pela visão, e são anexados aos cadernos dos alunos surdos, nas paredes e corredores da escola.

Além de todo o material ilustrado para facilitar o processo de ensino e aprendizagem da criança surda, a práxis pedagógica proporciona atividades inclusivas, conforme o relato da professora intérprete da escola polo:

A gente faz bastantes atividades em dupla ou de integração, que ele possa participar, ele faz pintura... Ele não é alfabetizado ainda, mas ele conta histórias em Libras, depois ele vai lá e reconta a história do jeito dele para outras crianças, ele faz as atividades e é bem legal! (Intérprete).

Percebe-se um ponto interessante nessa visita: diante da lei que tem oferecido ao aluno surdo acessibilidade à comunicação, identidade e autonomia, as famílias ainda seguem uma tradição de negação, incorporada à visão clínica de surdez, a qual coloca o indivíduo

surdo a não se adequar antropológicamente à cultura surda. Tal fato é notório através de um diálogo com a diretora, durante a visita na escola polo:

Denise - Teve algum caso em que a família optou não por deixar o aluno matriculado?

Diretora - teve, teve uma menina que saiu, no primeiro ano.

Acadêmica da pedagogia: e ela queria que ensinasse o que? A mãe dela?

Outra acadêmica pergunta—Oralizasse?

Diretora: É que a gente trabalha as duas coisas né! Tanto em sala de aula como no AEE e na Libras quando eles ficam no contra turno é sempre oralizando e, mas a mãe, só por que daí... O que acontece? Impulsionam a atenção das crianças com os indivíduos com o surdo né, é a primeira língua deles, eles se identificam o que tava acontecendo, a menina chegava a casa e preferia falar em Libras do que oralizar, daí a mãe dizia, não! Em casa gente se briga ela só quer só falar em Libras e eu quero que ela oralize. Daí tirou da escola (DIÁLOGO NA ESCOLA, 2019).

O diálogo acima traz conexão, ao que Gesser (2009) afirma, ao se tratar da negação do uso de sinais e a difícil relação que as famílias de surdos têm com a sociedade ouvinte, sendo assim educados na cultura ouvintista de oralização e leitura labial.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo responde ao objetivo proposto de saber qual a trajetória histórica educacional de integrantes de uma comunidade surda do sul de Santa Catarina. A pesquisa mostrou que os surdos tiveram a trajetória de educação baseada na cultura ouvinte, marcada pela exclusão e evasão escolar, pois eram educados por meio da visão clínica terapêutica da surdez. Com identidades surdas de transição, isto é, surdos que foram mantidos reféns da experiência ouvinte por longos anos, a maioria por serem filhos de pais ouvintes e posteriormente, juntam-se à comunidade surda por conta própria, quando já conseguem decidir por si mesmos.

Aprenderam a profissão, a leitura e escrita, com colegas, amigos e fora da escola. Carregam lembranças negativas da trajetória escolar, como: *bullying*, várias formas de exclusão, agressões físicas, dificuldade para comunicar-se e falta de profissionais da área. A trajetória educacional foi marcada pela visão clínica, assistencialista, que visa a medicalizar a surdez através de métodos terapêuticos, com aparelhos auditivos e próteses. A Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 4, nº2, maio/agosto 2020.– Curso de Pedagogia– UNESC

comunicação foi baseada na oralização e leitura labial e, como consequência, gerou irritabilidade e evasão escolar, pois, o surdo imerso no mundo de ouvintes e aprendizagem baseada em sons, não conseguia formular conceitos e ficava sem entender ou participar de qualquer atividade educativa.

Diferentemente da educação oferecida atualmente na escola pesquisa, os profissionais conhecem a realidade dos surdos e oferecem educação bilíngue, a Libras como primeira língua e o português escrito como segunda língua. Tanto a criança surda quanto a criança ouvinte, contam com professores e intérpretes de Libras e participam de projetos de inclusão.

Porém, sabemos que a família decide sobre a educação dos filhos, e a educação bilíngue muitas vezes não é aceita, pois existe a crença de que, com o uso da língua de sinais, os surdos não aprendem a falar. Portanto, são necessárias políticas públicas que promovam o ensino da Libras como primeira língua dos surdos e como segunda língua para os ouvintes. Que seja ofertada de forma gratuita às famílias como meio de acesso e permanência dos surdos na escola.

Os cursos de graduação em licenciatura oferecem a disciplina de Libras, e os profissionais têm maior valorização no mercado de trabalho. O respeito às diferenças e ao uso da língua de sinais também está na presença de intérpretes nas diversas instituições públicas, como hospitais, postos de saúde, comércio, repartições públicas e de justiça. Pois o principal instrumento de acessibilidade para os surdos e garantia de direito e identidade é a língua – Libras.

6 REFERÊNCIAS:

BRASIL, Eduardo; FERRAZ, Janaina de Aquino. Dizeres em imagens: Compreendendo a cultura surda e o ensino de segunda língua. ICCAL; **International Congress of Critical Applied Linguistics**. Brasília, Brasil – 19-21 outubro 2015. Universidade de Brasília (UnB). Disponível em:
<http://www.uel.br/projetos/iccald/pages/arquivos/ANAIS/IDENTIDADE/DIZERES%20EM%20IMAGENS%20COMPREENDENDO%20A%20CULTURA%20SURDA%20E%20O%20ENSINO%20DE%20SEGUNDA%20LINGUA.pdf>. Acesso em: 01 de out. 2019.

BRASIL. **Educação infantil:** saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização: surdez. Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/surdez.pdf>. Acesso em: 22 de maio 2019.

BRASIL. **Decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm>. Acesso em: Jun/Jul. 2019.

BRASIL. **Instituto Nacional de Educação de surdos.** Disponível em: <http://www.ines.gov.br/conheca-o-ines>. Acesso em: 05 de ago. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília: 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/2002/L10436.htm>. Acesso em: 12julh. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducuespecial.pdf>. Acesso: em jun. 2019.

BRASIL. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa.** Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília: MEC/SEESP, 2004.

BRASIL. **Lei nº8069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: 1990.

CAPELLI, Jane de Carlos Santana *et al.* **A pessoa com deficiência auditiva:** os múltiplos olhares da família, saúde e educação. 1. ed. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2016.

ENGEPLUS. Escola polo para surdos inaugura sinal audiovisual em Criciúma. **Engeplus Portal de Notícias**, Criciúma, 17 de abril de 2019. Disponível em: <<http://www.engeplus.com.br/noticia/educacao/2019/escola-polo-para-surdos-inaugura-sinal-audiovisual-em-criciuma>>. Acesso em: 19 de out. 2019.

GESSER, Audrei. **LIBRAS?: Que língua é essa?:** Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. 6. Ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda:** linguagem e cognição numa perspectiva sócio interacionista. 2 ed. São Paulo: Plexus Editora, 2002.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. **Educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. 1. ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

LEGENT, François. **Abordagem da pedagogia institucional da pedagogia institucional dos senhores-mudos até 1900**. In: Biblioteca Digital medi@, fev.2005. Disponível em: <http://www.biusante.parisdescartes.fr/histoire/medica/orl/d.php>> Acesso em: Jun/Jul. 2019

PERLIN, Gládis. Identidades surdas. In: SKLIAR, C. (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

POKER, Rosimar Bortolini. **Troca simbólica e desenvolvimento cognitivo em crianças surdas: uma proposta de intervenção educacional**. UNESP, 2004. 363p. Tese (doutorado) – Universidade do Estado de São Paulo, Curso de Pós-Graduação em Filosofia.

QUADROS, Ronice Müller de; SCHMIEDT, Magali L.P. **Idéias para ensinar português para alunos surdos**. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

QUADROS, Ronice Müller; ASSUTTI, Mara. CODAS brasileiros: LIBRAS e Português em zonas de contato. In: QUADROS, Ronice Müller; PERLIN, Gladis (Org.). **Estudos Surdos II**. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2007.

SANTANA, Ana Paula. **Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas**. São Paulo: Plexus, 2007.

SCHMITT, D.; SILVA, F. J. da; CASANOVA, R. (2003). Políticas públicas de educação de surdos em Santa Catarina. In: Ponto de Vista: **Revista de Educação e Processos Inclusivos**. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências da Educação, n.º 5.